



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA

Sumário-Executivo
128ª Reunião Ordinária do CONAMA
28 de fevereiro de 2018, a partir das 9h30
Auditório nº 1, Edifício Sede do Ibama, Setor de Clubes Esportivos Norte

1. Abertura da reunião pelo Sr. Ministro de Estado do Meio Ambiente

A reunião foi aberta às 10h pelo Senhor Ministro de Estado do Meio Ambiente, Sarney Filho, que proferiu [discurso](#), constante do PROCESSO 02000.000437/2018-14, sobre sua candidatura ao Senado Federal pelo estado do Maranhão, o que provocaria seu afastamento do cargo de ministro no início de abril.

Em relação à [pauta](#) da reunião, mencionou a indicação de representantes da sociedade civil para compor a Câmara Consultiva Nacional do Instituto Chico Mendes, responsável por subsidiar a estratégia de implementação de áreas prioritárias a serem beneficiadas com os serviços decorrentes da conversão de multas e estratégias de monitoramento.

Quanto ao informe sobre o 8º Fórum Mundial da Água, ressaltou que a água é um tema prioritário, de segurança nacional, e que o CONAMA, diante da conexão dos vários assuntos relacionados com a qualidade da água e a distribuição dos recursos hídricos, tem muito a contribuir com o Fórum. Acentuou a importância da [proposta de resolução](#) que tem como ementa “*Definir os padrões de marcação de animais da fauna silvestre, suas partes ou produtos, em razão de uso e manejo em cativeiro de qualquer tipo*”.

Após concluir sua fala de abertura, o Ministro repassou a condução dos trabalhos ao Conselheiro do MMA, Sr. Raimundo Deusdará.

2. Apresentação dos [novos Conselheiros](#).

A diretora do DConama, fez a leitura dos novos conselheiros que tomaram posse na ocasião da 128ª RO.

3. Aprovação da transcrição *ipsis verbis* da [127ª Reunião Ordinária](#), de 29 de novembro de 2017.

Aprovada por unanimidade.

4. Tribuna Livre

O Conselheiro do MMA, Sr. Raimundo Deusdará, concedeu 3 minutos de fala para cada conselheiro, que se deu na seguinte ordem:

Igor Tokarski (Gov. do Distrito Federal): elogiou a gestão do Ministro e iniciou falando dos avanços do DF na política de resíduos sólidos, como o convênio com o BNDES para a criação de centros de triagem e comercialização, visando a inclusão de catadores de recicláveis, especialmente

no que concerne ao vidro. Mencionou o “salto civilizatório” da eliminação do lixão da Estrutural, o 2º maior do mundo. Quanto à coleta seletiva, falou da importância da participação de todos os cidadãos e dos ganhos sociais e ambientais, com a melhoria da atividade. Citou a aprovação de resolução no GDF para implementar pontos de coletas de lâmpadas, vidro, eletrônicos, pneus, baterias e outros. Informou de outro ganho significativo, o Recupera Cerrado, que junto à Terracap obteve mais de 2 milhões de reais e uma área de 500 ha, com recuperação de APPs e de nascentes. Por fim, falou do projeto GEF Cidades Sustentáveis, para a recuperação de nascentes, criação do sistema distrital de informações ambientais e o Brasília Solar. O conselheiro apresentou vídeo à Plenária.

Francisco Soares (FURPA): falou da criação do comitê de bacia do rio Parnaíba, pedindo ao Ministro, por meio da ANA e SRH/MMA, a complementação do processo e a assinatura do Decreto, pelo Presidente da República, da instituição do referido comitê. Citou o caso do arquipélago Fernando de Noronha, dizendo que será pauta da próxima plenária, para a qual pede que Gov. de Pernambuco, MMA, IBAMA, ICMBio e Sec. Patrimônio da União façam um relato sobre a situação do arquipélago. Informou que a capacidade suporte foi ultrapassada e que as propriedades estão sendo vendidas para que sejam transformadas em pousadas de luxo.

Ronaldo Vasconcelos (Ponto Terra): parabenizou o Ministro pelo trabalho prestado ao Meio Ambiente, elogiando também a equipe escolhida, ressaltando a presidente do IBAMA e o Secretário de Articulação Institucional e Cidadania. Falou do aniversário de 18 anos da Ponto Terra e dos trabalhos prestados pela ONG à sociedade, como palestras gratuitas à população, a construção de um centro de Educação Ambiental em Ouro Preto-MG e a rádio web.terra, que prestigia a música nacional.

Lisiane Becker (Mira-Serra): lembrou que em dezembro a Lei da Mata Atlântica completou 11 anos e que em todas as plenárias relembra que não está implementado o fundo de restauração do bioma, que repercute em perdas para o ambiente natural – o 5º mais degradado no mundo. Pediu que o MMA e a rede de ONGs da Mata Atlântica pudessem encontrar um meio de gerir o fundo. Falou dos mapas dos biomas (IBGE 2004-2006) que contradiz o mapa do IBGE 2008, causando um desserviço à causa ambiental.

João Monsã (ADEMASP): agradeceu ao Ministro pelo trabalho feito. Chamou a atenção para a questão da Samarco, lembrando que o desastre não se paga apenas com dinheiro. A extração de alumínio no norte do país causa preocupação, para evitar que haja um desastre com o descontrole da atividade. **Suely Araújo (presidente do IBAMA):** informou que o IBAMA está fazendo vistorias, inclusive noturnas, a pedido do Ministro.

Mauro: solicitou ao MMA a apresentação do Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas, para que os conselheiros entendessem as ações estratégicas e prioridades do governo. Levantou a preocupação com o desmatamento contínuo e com a falta de medidas alternativas de energias limpas, o que fazem da apresentação muito importante.

Boisbaudran Imperiano (PROAM): reiterou a necessidade da implementação do fundo da Mata Atlântica. Falou da iminente votação do projeto de lei sobre licenciamento ambiental, o qual carrega bastante preocupação da Sociedade Civil, visto que implica em retrocesso.

Suely Araújo (presidente do IBAMA): disse que existe um texto de agosto de 2017, onde constam as posições do MMA, as quais o Ministro afirmou que tratará pessoalmente, caso surjam emendas que desfavoreçam a questão ambiental.

Carlos Bocuhy (PROAM): renovou a parabenização dos trabalhos do Ministro e da escolha da equipe com a qual ele trabalha, destacando a presidente do IBAMA. Fez um convite para uma

consulta pública, que está no site do PROAM há um mês, de um termo de referência sobre água como direito humano fundamental.

Daniel Barreto (GERC): convidou os conselheiros para o Fórum Alternativo Mundial da Água – FAMA 2018, de 17 a 22 de março, um espaço democrático que pretende discutir inúmeros temas sob uma ótica distinta daquela a ser promovida pelo fórum mundial da água, organizado pela ANA, o qual criticou. Será inicialmente sediado na UnB e, posteriormente, com atividades descentralizadas.

Luiz Paulo do Amaral (RENTAS): informou ao plenário que havia pontos de discordância sobre a matéria de marcação e fauna, em pauta, mas que houve consenso sobre inúmeros pontos, atendendo ao setor representado.

Roberto Rocha (Movimento Nacional dos Catadores): falou da aplicação da política nacional de resíduos sólidos, no que se refere a participação dos catadores nos programas de coleta seletiva, nos quais, poucas vezes, encontra-se a participação real dos catadores. Destacou a logística reversa e os acordos setoriais, achando fundamental a aceleração desses processos, fazendo dos catadores colaboradores diretos. Colocou o Movimento à disposição para fazer os diálogos e ajudar a construção do processo.

Kátia (diretora-presidente do SLU/DF): falou do fechamento do 2º maior lixão do mundo, o da Estrutural, no dia 20/01/18. Citou a ATA da reunião passada, 126ª RO do CONAMA, quando foi dito que o GDF não estava cumprindo a política de resíduos sólidos. Informou sobre o envio de uma [carta](#) ao ministro, na qual falava da contratação de catadores e cooperativas, do uso de galpões e dos desafios de profissionalizar os prestadores desse serviço público.

Maria Lúcia Silva (ABES): cumprimentou o GDF pela eliminação do lixão e, em seguida, **manifestou-se** contra a revisão do marco legal do saneamento básico (Lei nº 11.445/2007) por meio de Medida Provisória, que pode desestruturar o setor de saneamento, ressaltando ser este um instrumento pouco democrático. Falou da urgência de promover um debate amplo com a sociedade antes de qualquer modificação e referiu-se ao [manifesto](#) apresentado pela ABES em fevereiro de 2018..

Rogério Menezes (ANAMMA Nacional): reconheceu o trabalho do Ministro e a importância do aumento do diálogo com os governos locais, destacando a reunião da comissão Tripartite Nacional, convocada após anos de inatividade. Registrou preocupação com a lei geral do licenciamento ambiental, especialmente em relação à falta de consenso e com as emendas de plenário. Por fim, leu a [carta](#) de apoio ao movimento “#é horadomar”.

Fábio Camargo (FNP): iniciou falando da necessidade de políticas que incluam e desenvolvam os municípios, citando exemplos como o da saúde (SUS) e da educação (FUNDEB), não havendo paralelo para o meio ambiente. Pediu retirar de pauta, ou requerer vistas, o item 5.3 da pauta, referente à Câmara Consultiva Nacional do Programa de Conversão de Multas Ambientais - PNMA do ICMBio, pois o tema deveria incluir os municípios na indicação de representantes para tal – um pedido feito em conjunto com a ANAMMA.

Mário Louzada (ANAMMA Nacional): fez menção à lei geral do licenciamento ambiental, criticando a versão apresentada pelo Deputado Mauro Pereira, em especial ao art. 11, que desconsidera a participação do município. Afirmou que não há consenso na versão que está sendo levada pelo Deputado Rodrigo Maia à votação. Finalizou a atuação do Ministro e sua equipe à frente da pasta. **José Chacon (CONFEA):** o representante do CONFEA teve a palavra concedida pela Mesa para fazer um convite relacionado ao Movimento de Cidadania pelas Águas, que terá um evento no próximo 26 de março, na cidade do Rio de Janeiro, na sede nacional do IBEC.

5. Encaminhamentos da Secretaria Executiva do CONAMA

5.1. Balanço do CONAMA 2017

Foi colocado à Plenária sugestão para se pular este item da pauta com intuito de otimizar os trabalhos da Plenária sobre as resoluções da Ordem do Dia, visto que o material, referente ao [balanço 2017](#), estaria disponível no site do CONAMA. O pleito foi acatado pelos conselheiros.

5.2. Apresentação dos resultados parciais do Grupo Assessor – GA, criado na 121ª Plenária do CONAMA,

O Plenário referendou a [decisão do Sr. Ministro do Meio Ambiente](#), de ratificar o Parecer CONJUR/MMA nº 00094/2018/CONJUR-MMA/CGU/AGU, sobre a tramitação, direta ao Plenário do CONAMA, das minutas de resolução que visam reconhecer a revogação de Resoluções do Conselho, em razão de legislação superveniente.

O Dr. Rafael Santana, Consultor Jurídico do MMA e coordenador do GA, fez [apresentação](#) sobre os trabalhos do GA e apresentou as resoluções que estariam prontas para terem sua revogação reconhecidas pelo Plenário.

Grupo Assessor: Relatos das Resoluções nºs 04/1995, 09/1996, 248/1999 e 341/2003

- a) [Resolução n.º 04, de 9 de outubro de 1995](#), que estabelece as Áreas de Segurança Aeroportuária – ASAs;
Procedência: 5ª Reunião do GA, em 21/08/2017 e 6ª Reunião do GA, em 19/09/2017
Aprovada por unanimidade.
Resultado: A plenária reconheceu a revogação da resolução.
- b) [Resolução nº 09, de 24 de outubro de 1996](#), que define corredor de vegetação entre remanescentes como área de trânsito para a fauna.
Procedência: 5ª Reunião do GA, em 21/08/2017 e 6ª Reunião do GA, em 19/09/2017
Adiada a apreciação da matéria.
Resultado: A plenária adiou apreciação da resolução.
- c) [Resolução nº 248, de 07 de janeiro de 1999](#), que determina o manejo florestal sustentável, licenciamento ambiental e controle e monitoramento dos empreendimentos de base florestal, na Mata Atlântica do sul da Bahia;
Procedência: 4ª Reunião do GA, em 30/05/2017 e 6ª Reunião do GA, em 19/09/2017
Aprovada por unanimidade.
Resultado: A plenária reconheceu a revogação da resolução.
- d) [Resolução nº 341, de 25 de setembro de 2003](#), que dispõe sobre critérios para a caracterização de atividades ou empreendimentos turísticos sustentáveis como de interesse social para fins de ocupação de dunas originalmente desprovidas de vegetação, na Zona Costeira
Procedência: 6ª Reunião do GA, em 19/09/2017
Resultado: A PROAM requereu vista da resolução.

5.3. Indicação de 4 entidades da sociedade civil, com indicação de 1 membro titular e 1 suplente, para concorrerem a 2 vagas junto à Câmara Consultiva Nacional do Programa de Conversão de Multas Ambientais - PNMA do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, nos termos da [Portaria ICMBio n.º 71/2018](#).

Foi feita uma apresentação pela Sra. Cristina, assessora da Sra. Silvana/ICMBio, citando as bases legais e as competências estabelecidas nelas. Candidataram-se às vagas as seguintes entidades: FURPA, Comunidade Indígena, Mira-Serra, ADEMASP, GEBIO, Planeta Verde, PROAM, CNCG e Populações Tradicionais. Além disso, a FNP fez um aparte solicitando a inclusão de instâncias municipais dentre as candidaturas.

O ICMBio, proponente, optou por retirar o tópico **5.3** da pauta com a finalidade de analisar juridicamente o pleito dos municípios para participar das candidaturas.

5.4. Indicação de representante titular e suplente para o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), como instituição observadora, conforme art. 11, § 2º, inciso III da [Lei nº 11.346, de 15/09/2016](#).

Foram eleitos: Daniel Barreto GERC, como titular, e Zuleica Nycz APROMAC, como suplente.

6. Apresentação à mesa de pedidos de inversão de pauta, retirada de matéria e, por escrito, de requerimentos de urgência

7. Ordem do Dia

7.1. [Processo nº 02000.000979/2015-36](#) - Proposta de Resolução CONAMA que define os padrões de marcação de animais da fauna silvestre nativa em razão de uso e manejo em cativeiro - *ex situ*

Proponente: IBAMA

Procedência: 127ª R.O

Data: 29/11/2017

Tramitação: Matéria admitida por unanimidade na 7ª reunião do CIPAM. Pautada na 8ª CTBio, em 26/10/2015, foram apresentadas dúvidas quanto à competência do CONAMA para tratar da matéria. Na 9ª CTBio, em 31/05 e 01/06/2017, o IBAMA apresentou proposta substitutiva, que foi apreciada pela CT como texto-base para as discussões, mantendo-se o escopo original e ajustando-o à LC 140/2011. A minuta permaneceu em discussão até a 12ª CTBio, em 13 e 14/09/2017, quando foi aprovada com emendas. Apreciada durante a 14ª CTAJ, em 17 e 18/10/2017, foi também aprovada com emendas. Pautada na 127ª R.O do CONAMA, recebeu pedido de vistas: RENCITAS, APROMAC, MIRA-SERRA, Ponto Terra, Fundação Zoobotânica, GEBIO, Governos de MG, PR e SP, IBAMA e MMA.

Apresentação feita pela conselheira do IBAMA no CONAMA, Izabel.

Resultado: Texto base, oriundo da 14ª CTAJ, aprovado por unanimidade. A discussão foi seguida com a apresentação das emendas trazidas a partir de uma reunião de pareceristas. A resolução foi aprovada com emendas.

7.2. [Processo n.º 02000.204420/2017-45](#) - Proposta de Revisão da Resolução CONAMA n.º 474/2016, que alterou e complementou a Resolução CONAMA n.º 411/2009

Proponente: Governo do Pará, em nome do Fórum dos Secretários de Meio Ambiente da Amazônia Legal

Procedência: 15ª CTAJ

Data: 06/02/2018

Tramitação: Matéria apresentada na 126ª reunião ordinária do CONAMA, com pedido de urgência aprovado. Na 2ª CTFLOR, o Estado do Pará encaminhou texto substitutivo à minuta anteriormente apresentada. O substitutivo foi debatido, aprovado com supressões e emendas e encaminhado à CTAJ, onde também foi aprovado com emendas.

A Sra. Mauren, representante do Estado do Mato Grosso, introduziu aos conselheiros as mudanças propostas em consenso na Câmara Técnica de Florestas do CONAMA. Rose Chaves, do Estado do Pará, defendeu as mudanças na norma, as quais foram trazidas do fórum de empresas madeireiras. André Sócrates, do IBAMA, contextualizou de forma positiva as mudanças trazidas e fez menção ao destaque deixado pela CTAJ sobre a utilização da palavra “podendo” ou “devendo”, no §4º do art. 7º da proposta trazida à Plenária, defendendo o primeiro termo.

Resultado: Foi posto em votação e as mudanças foram acatadas pelo Plenário.

7.3. [Processo n.º 02000.207823/2017-46](#) - Proposta de Calendário de Reuniões Ordinárias do Conama para o Ano de 2018

Proponente: MMA

Extraordinariamente, foi apresentado um pleito para mudança do calendário de reuniões. A Anamma Norte defendeu a mudança, informando que, por serem obrigados a realizar atividades na Semana do Meio Ambiente, isso incompatibilizaria as agendas.

Foi apresentada minuta, com a sugestão de mudança da 129ªRO para os dias 13 e 14/06/18. Resultado: Proposta aprovada por unanimidade.

8. Informes

8.1. Fórum Mundial da Água e Projeto Legado Agência Nacional de Águas

Rogério Menescal (ANA) fez uma apresentação falando da organização do Conselho Mundial da Água, o qual é um produto oriundo dos trabalhos do Governo do Distrito Federal, o Governo Brasileiro, o MMA e a ANA. Destacou que, ainda assim, não se trata de uma construção só das instituições e sim também produtos dos debates que foram ocorrendo ao longo dos anos. O evento se transformou numa plataforma que promove o diálogo sobre diferentes aspectos e pontos de vista com relação à questão da água, no qual não existe uma posição predeterminada ou condições que prevalecem. É um ambiente de debate, de troca de experiências, para que se chegue à melhor solução, que pode variar conforme a cultura ou a questão legal de cada um dos países, ou seja, uma plataforma em que as pessoas dialogam e chegam melhor solução para sua realidade. Frisou que é o primeiro Fórum no Hemisfério Sul, onde o Brasil tenta mobilizar todos os países da América Latina num momento de discutir e de aperfeiçoar os procedimentos com relação a Gestão dos Recursos Hídricos – e por isso o tema escolhido é “Compartilhando Água”.

Mostrou que o Fórum se estrutura em cinco processos: Político, Temático, Regional, Grupo Focal de Sustentabilidade e Fórum Cidadão. Discorreu ainda sobre a organização do evento, mostrando o envolvimento de outros órgãos dentro dos quatro subprocessos inseridos no Processo Político: subprocesso nacional coordenado pelo Itamaraty, Ministério da Relações Exteriores; o subprocesso local e regional coordenado pela SAF, Secretaria de Assuntos Federativos da Presidência; o subprocesso dos parlamentares coordenado pelo Senador Jorge Viana; e dos juízes e promotores coordenado pelo Sr. Ministro Herman Benjamin.

Estendeu ainda informando números gerais para o evento: mais de 150 países representados; inscrições que, agora, estão em torno de 4 mil, com a expectativa de chegar até 10 mil; mais de 1.000 organizações estão participando efetivamente da construção da agenda das discussões do Fórum, escolhendo os temas prioritários, os quais estão em 337 sessões, variando desde espiritualismo da água, até assuntos mais concretos e objetivos, como obras.

Quanto ao legado do 8º Fórum, foi chamada a Sra. Maria do Socorro (ANA), que fez uma exposição falando do contato feito com diversos setores da sociedade, usuários, confederações de uma forma geral, para criar um documento inicial para discussão – os registros das reuniões podem ser acessados no site a ANA. Dentre os inúmeros exemplos trazidos, destacou que, em termos constitucionais, se pretende discutir durante o Fórum a proposta de uma PEC para dar ao Art. 5º, Inciso XXVIII, a alínea C um texto tal qual o que se segue: “acesso à água e ao saneamento básico como um direito humano”. Isto porque não se discutia água como direito de todos à época da elaboração da Constituição. Mencionou ainda a necessidade de revisão da Lei das Águas (nº 9.433/97) e da Resolução CONAMA nº357/05.

8.2. V Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente Ministério da Educação e Ministério do Meio Ambiente

Felipe Felisbino, coordenador geral de Educação Ambiental e Temas Transversais da Educação Básica/SEB-MEC, iniciou informando que até dia 31 de março as conferências deveriam ter sido realizadas no território escolar, até 9 de maio concluídas no território estadual. Após estas etapas a Sec. de Estado e Sec. de Educação e Meio Ambiente selecionarão as escolas que participarão, nos dias 15 a 19 de junho de 2018, da etapa final em Brasília. Após a [breve explicação](#), foi passado o vídeo promocional do evento.

9. Encerramento